

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 14000

Temática: Justiça

Dimensão: 1275 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 10/11



A Radar //

Ex-secretário de Estado da Proteção Civil caiu no último mês na sequência da polémica das golas e dos ajustes suspeitos

FACEBOOK ANEPC



Golas. PGR confirma que já há sete arguidos na investigação

Ex-secretário de Estado da Proteção Civil, o seu antigo adjunto Francisco Ferreira e Mourato Nunes fazem parte da lista. Em causa estão suspeitas de fraude na obtenção de subsídio.

CARLOS DIAGO SANTOS
carlos.santos@online.pt

A Procuradoria-Geral da República (PGR) confirmou ontem que já foram constituídos sete arguidos no âmbito do caso das golas distribuídas às populações que vivem em zonas de risco acrescido de incêndio. Desta lista fazem parte o ex-secretário de Estado da Proteção Civil José Artur Neves, o seu antigo adjunto Francisco Ferreira e o presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, Mourato Nunes.

"No âmbito do inquérito, foram constituídos, por reporte aos factos integradores do crime de fraude na obtenção de subsídio, sete arguidos, duas pessoas coletivas e cinco pessoas singulares".

As duas pessoas coletivas constituídas arguidas serão empresas a quem o Estado adjudicou a compra dos kits e das golas, neste caso, a Foxtrot e a Brain One.

O caso começou em julho, com uma notícia de que 70 mil golas distribuídas à população para uso em caso de incêndio eram inflamáveis; depois levantaram-se dúvidas sobre as ligações políti-

cas dos donos das empresas fornecedoras e, hoje, o Ministério Público está já a investigar uma série de ajustes diretos feitos pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) no âmbito de programas de prevenção dos incêndios.

Apesar de a PGR dizer agora que está em causa o crime de fraude na obtenção de subsídio, o certo é que, quando no último mês a PJ desencadeou uma megaoperação de buscas, a PGR referira que neste caso estava ainda a ser investigada a prática de outros dois crimes: cor-

rupção e participação económica em negócio.

OS AJUSTES DE MAIS DE 1,4 MILHÕES INVESTIGADOS A Foxtrot Aventura, Unipessoal Lda. - de Ricardo Peixoto Fernandes, marido de Isilda Gomes da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Longos, em Guimarães - arrecadou 102 200 euros (sem IVA) pelo fornecimento das 70 mil golas que, apesar de serem destinadas a pessoas envolvidas em situações de incêndio, são de material potencialmente inflamável. E ganhou 165 mil euros (sem IVA) com a venda de kits de autoproteção. A empresa foi fundada após o Governo ter decidido criar este programa.

Para a elaboração de panfletos foi escolhida a Brain One, por perto de 11 mil euros (valor sem IVA), empresa com histórico de contratação com o município de Arouca, de que fora presidente Artur Neves.

Os valores das golas e dos kits no geral são apenas uma parte do custo total do programa Aldéia Segura Pessoas Seguras. Segundo o jornal i revelou logo em julho, no total, tendo em conta uma análise feita no portal Base.Gov, foram gastos cerca de 1,4 milhões de euros com este projeto. Brindes, coletas e sinalética são alguns dos exemplos dos contratos celebrados. Vários destes contratos estão a ser analisados pelos inves-

tigadores do Departamento Central de Investigação e Ação Penal, que investiga a criminalidade mais complexa.

Segundo o i apurou, as autoridades estão ainda a investigar um contrato relativo ao novo sistema de envio de mensagens escritas para as populações em áreas com risco elevado de incêndio.

O Ministério da Administração Interna celebrou contratos com as operadoras Meo, Nos e Vodafone no valor de 735 mil euros (sem IVA) para as comunicações móveis e adjudicou o serviço de desenvolvimento do sistema nacional de alerta a uma empresa que, aparentemente, não presta este tipo de serviços. Trata-se da Fast Yubuy e o ajuste direto foi celebrado por 74 mil euros (sem IVA).

PGR fala em suspeitas do crime de fraude na obtenção de subsídio

No último mês, PGR referia que se investigava também corrupção

Periodicidade: Diária**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 14000**Temática:** Justiça**Dimensão:** 1275 cm²**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 10/11

A investigação, que não tem dúvidas sobre os contratos com as operadoras, terá no entanto estranhado este último contrato.

AS BAIXAS PROVOCADAS PELAS GOLAS Depois de Francisco Ferreira sair, o secretário de Estado da Proteção Civil ainda se aguentou até ao último mês, tendo pedido a sua exoneração quando foi constituído arguido. Artur Neves enfrentava ainda uma outra polémica: o seu filho tem uma participação de 20% numa empresa – a Zercac – que assinara contratos de 2,1 milhões de euros com entidades públicas – uma situação que, aparentemente, seria proibida pela lei em vigor das incompatibilidades de titulares de cargos políticos.

Mas no parecer que António Costa pediu ao conselho consultivo da PGR – e que foi entregue horas após a megaoperação – é referido que a lei não pode ser lida de forma cega. António Costa divulgou logo as conclusões do conselho consultivo da PGR, destacando: “As normas jurídicas não podem ser interpretadas de forma estritamente literal”.

O parecer vem, assim, dar razão ao primeiro-ministro e a outros membros do Governo, ao referir que uma interpretação literal desta lei seria inconstitucional e que o espírito do legislador era travar negócios com áreas tuteladas por familiares.